

20 - Vitória (ES), sábado, 22 de agosto de 1998

# Educação não tem política para os superdotados

Educação  
feira?

*Especialistas calculam que três em cada 100 alunos merecem tratamento especial*

BRASÍLIA - Apenas 1.724 estudantes superdotados brasileiros recebem algum tipo de atendimento especializado para aperfeiçoar suas habilidades, e somente sete Estados têm programas bem organizados nesta área, de acordo com as últimas estatísticas do Ministério da Educação (MEC). Para o próprio MEC, esses números são muito pequenos, e mostram que ainda falta ao país uma política para atender a essas crianças. Os especialistas calculam que três em cada 100 alunos mereceriam um tratamento diferenciado na vida escolar.

“Há, nas escolas, um desperdício de talentos”, diz Eunice Soriano de Alencar, representante brasileira do Conselho Mundial para Superdotados e Talentosos, que estuda o assunto há 20 anos. Ela integra o comitê científico do III Congresso Ibero-Americano sobre Superdotação, que começa no dia 26, em Brasília. Ainda é regra, no Brasil, acreditar que é indisciplinada uma criança irrequieta ou questionadora. “É ainda reação comum a criança ser rejeitada por seu comportamento diferente”, conta.

Isso acontece porque o professor, em geral, não está preparado para identificar as características de uma criança superdotada. “Por outro lado, o profissional não tem para onde encaminhá-la”, diz Eunice. Como resultado, o aluno fica “marcando passo” na sala de aula e se desestimula. Segundo ela, estima-se que 3% das pessoas submetidas a testes de inteligência demonstram capacidade acima da média, o que, se comparado à população brasileira, indicaria a existência de mais de quatro milhões de indivíduos superdotados.

Eunice acusa a universidade e as

escolas de omissão na formação de professores para identificar as características da superdotação. Ela condena a falta de maior investimento público e diz que os Estados, de modo geral, ainda não colocaram em prática teorias acumuladas nas duas últimas décadas. “É comum o argumento de que há outras prioridades, como garantir o acesso de todas as crianças às salas de aula”, afirma.

Chefe da Divisão de Aprimoramento da Educação Especial do MEC, Renausto Amanajás, admite a atuação ainda incipiente nesta área. “As estatísticas são falhas e, onde existem programas especiais para superdotados, eles são mais personalizados do que institucionalizados”, afirmou.

Segundo ele, os programas melhor organizados estão no Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. O destaque, porém, é o Distrito Federal, considerado modelo na rede pública de ensino. Os programas especiais para superdotados foram iniciados em 1971 e, atualmente, 240 estudantes do ensino fundamental e médio têm acesso a projetos especiais, orientados por professores treinados, onde os alunos fazem projetos de pesquisa e estudos que permitem explorar o potencial de cada um.

“É preciso colocar em prática uma política para o atendimento a superdotados, e é justamente subsídios para isso que vamos tirar do Congresso Ibero-Americano”, adiantou Amanajás. O técnico acredita que, somente em quatro anos, todos os Estados terão programas estruturados. O censo terá também de ser mais criterioso.